Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.15, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/f77x7p48

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO IFMG – *CAMPUS* OURO PRETO

INCLUSIVE EDUCATION IN TEACHER TRAINING: REFLECTIONS ON THE CURRICULAR MATRIX OF THE BACHELOR'S DEGREE IN GEOGRAPHY AT IFMG – OURO PRETO

Thais Mauricio Faria

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) Campus Arcos, Brasil

E-mail: thaisfariam@gmail.com

Mariana Oliveira Vieira dos Santos

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) Campus Arcos, Brasil

E-mail: vieiramari525@gmail.com

Claudio Alves Pereira

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) Campus Arcos, Brasil

E-mail: tutoread.claudio@gmail.com

Recebido: 31/07/2025 – Aceito: 03/08/2025

Resumo

Este estudo analisa a abordagem da Educação Inclusiva no curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Ouro Preto. A pesquisa investiga como a matriz curricular e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) abordam a formação docente para a inclusão, destacando as disciplinas oferecidas, como Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Currículo, Diversidade, Gênero e Raça. A pesquisa qualitativa foi dividida em três etapas: revisão bibliográfica, análise de dados sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino básico e análise da matriz curricular do curso. Os resultados apontam para a existência de poucas disciplinas obrigatórias que tratam diretamente da Educação Inclusiva, o que compromete uma formação abrangente dos futuros professores. A inclusão de mais disciplinas é sugerida para enriquecer a formação docente, garantindo que os professores sejam mais bem preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. O estudo também discute a importância de ampliar a carga horária das disciplinas relacionadas à inclusão, considerando a complexidade do tema e a necessidade de um ensino que realmente atenda a todos os estudantes, independentemente de suas condições.

Palavras-chave: Ensino superior; Docência inclusiva; Formação de professores

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.15, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/f77x7p48

Abstract

This study analyzes the approach to Inclusive Education in the Bachelor's Degree in Geography at the Federal Institute of Minas Gerais (IFMG), Ouro Preto campus. The research investigates how the curricular matrix and the Course Pedagogical Project (PPC) address teacher training for inclusion, highlighting courses such as Brazilian Sign Language (LIBRAS) and Curriculum, Diversity, Gender, and Race. The qualitative research was divided into three stages: literature review, analysis of data on the inclusion of students with disabilities in basic education, and analysis of the course's curricular matrix. The results indicate the presence of few compulsory courses directly addressing Inclusive Education, which limits a comprehensive training of future teachers. The inclusion of more courses is suggested to enrich teacher training, ensuring that teachers are better prepared to address the diversity present in classrooms. The study also discusses the importance of increasing the workload of inclusion-related courses, considering the complexity of the subject and the need for teaching that truly meets the needs of all students, regardless of their conditions.

Keywords: Higher education; Inclusive teaching; Teacher training.

1. Introdução

A abordagem sobre a Educação Inclusiva em cursos do ensino superior é recente. A ampliação do acesso de pessoas com deficiência à educação básica gerou novas demandas para o Ensino Superior, especialmente devido à implementação de políticas públicas, como a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que estabeleceu uma base legal para garantir o direito de todos à educação, reforçando a necessidade de inclusão em todos os níveis de ensino.

Encarar a educação por uma perspectiva inclusiva significa compreendê-la como uma ação política, cultural, social e pedagógica, projetada para garantir que todos os estudantes tenham direito à educação, sem qualquer forma de discriminação (Brasil, 2008). A Educação Inclusiva, por sua vez, é entendida como uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades do sistema educacional, organizada para atender aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, oferecendo recursos pedagógicos e de acessibilidade que garantam a inclusão e o acesso ao ensino regular (Brasil, 2008).

Neste contexto, é importante destacar que foi na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que o termo "necessidades educacionais especiais" ganhou

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/f77x7p48

visibilidade, contribuindo para que os direitos dos estudantes que necessitam de suporte para participar do ambiente escolar em condições equitativas se tornassem possíveis. Esse documento representou um marco significativo para o fortalecimento das políticas educacionais brasileiras voltadas à inclusão.

Apesar dos avanços nos cursos de nível superior, ainda existem desafios consideráveis. A formação inicial de docentes, muitas vezes, não inclui disciplinas e práticas voltadas para a Educação Especial, o que impede que os licenciandos estejam preparados para lidar com a diversidade de estudantes nas salas de aula do ensino básico, especialmente aqueles com deficiência. Além disso, persiste uma lacuna na adaptação curricular, com a manutenção de um modelo de ensino voltado para a competitividade no mercado de trabalho, o que contrasta com a visão de um ensino inclusivo que acolha a todos (Poker; Valentim; Garla, 2018).

Como destacam Santos, Tavares e Freitas (2016), a lacuna na formação dos professores é uma das dificuldades mais significativas para a efetivação da Educação Inclusiva. Nesse contexto, a inclusão dessas temáticas já na formação inicial se torna essencial, uma vez que nem todos os professores terão a oportunidade de buscar especializações ou pós-graduação ao longo de suas carreiras.

Este estudo tem como objetivo investigar como os princípios da Educação Inclusiva estão sendo abordados no curso de Licenciatura em Geografia do IFMG - Campus Ouro Preto, com foco na formação dos futuros professores da educação básica.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo analítico de natureza qualitativa que busca analisar como a Educação Inclusiva é abordada no curso de Licenciatura em Geografia. Utiliza-se como base a revisão de literatura e a análise documental, tendo como principal referência a matriz curricular e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Ouro Preto.

De acordo com Gil (2002), pesquisas bibliográficas se caracterizam por utilizar uma base teórica já consolidada, tendo como instrumentos norteadores artigos

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/f77x7p48

científicos e livros selecionados pelos pesquisadores.

Esta pesquisa foi dividida em três etapas. A primeira envolveu a revisão bibliográfica nas bases de dados Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram utilizados como operadores de busca os termos “inclusão”, “educação especial”, “formação docente”, “Licenciatura em Geografia” e “currículo”. Também foi realizada para esta etapa a leitura de legislações brasileiras pertinentes ao tema da pesquisa.

A segunda etapa consistiu na análise de dados sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino básico, com foco no número de alunos matriculados com deficiência no município de Ouro Preto/MG. Isso visou compreender melhor o panorama local e as necessidades relacionadas à Educação Inclusiva, auxiliando na contextualização dos dados coletados na análise do curso de Licenciatura em Geografia.

A terceira etapa compreendeu a análise da matriz curricular de 2020.1 e do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de 2023 do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Ouro Preto, sendo esses documentos as versões mais recentes disponíveis no site do instituto (https://ouropreto.ifmg.edu.br/ouropreto/cursos/graduacao/licenciatura-em-geografia). A escolha desse curso e campus se justifica pela relevância da Licenciatura em Geografia como área de formação docente na cidade de Ouro Preto.

A revisão bibliográfica foi fundamentada em autores e documentos na área de educação inclusiva, como Mantoan e Lanuti (2022), Mantoan (2003) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Os materiais foram selecionados dada sua relevância no campo da inclusão educacional e por fornecerem um panorama histórico, teórico e prático sobre a evolução das ações de inclusão no ambiente educacional, norteando esta pesquisa.

Para a análise da matriz curricular, foi realizada uma leitura prévia do documento, identificando as disciplinas obrigatórias relacionadas à Educação Inclusiva, sendo elas a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ofertada no quarto período, e a disciplina de Currículo, Diversidade, Gênero e Raça, ofertada no sétimo período, ambas com carga horária de 60 horas.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.15, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/f77x7p48

3. Educação inclusiva no ensino

A partir da década de 1990, o Brasil passou por mudanças significativas em sua política educacional, com a implementação de decretos, leis e resoluções que garantiram o direito à educação para todos, sem exceções, em instituições de ensino regular (Poker; Valentim; Garla, 2018). Essas mudanças foram impulsionadas por compromissos internacionais e nacionais, tendo como marco fundamental a Declaração de Salamanca. Este documento, produzido ao final da Conferência Mundial de Educação Especial organizada pela UNESCO em 1994, consagrou o conceito de necessidades educacionais especiais, trazendo visibilidade à inclusão escolar e reforçando o compromisso dos sistemas educacionais com a educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca foi um marco para a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas condições, e destacou a importância de as instituições educacionais realizarem as adaptações necessárias para garantir o acesso de todos à educação. Além disso, enfatizou a relevância da formação continuada de professores como uma estratégia essencial para acolher e apoiar os estudantes com necessidades educacionais especiais (UNESCO, 1994).

A formação de docentes é fundamental na implementação efetiva da educação inclusiva, pois, como observado por Almeida et al. (2023), a formação continuada proporciona a reflexão crítica e a adaptação das práticas pedagógicas, permitindo que os professores superem desafios como a falta de recursos e as necessidades de adaptações metodológicas.

Em consonância com a Declaração de Salamanca, o Brasil aprimorou sua legislação para assegurar os direitos das pessoas com deficiência no sistema educacional. A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi um avanço significativo na promoção da inclusão. O Art. 27 dessa lei afirma que a educação constitui um direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e promovendo o aprendizado ao longo da vida, de maneira a atingir o máximo desenvolvimento de suas capacidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, de acordo com suas características, interesses e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/f77x7p48

necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Além disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do estudo “Indicadores dos Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, reforça o compromisso com a educação inclusiva no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a inclusão de alunos com deficiência no ensino básico tem avançado, especialmente em contextos locais como o de Ouro Preto. No município, a matrícula de alunos na modalidade de Educação Especial tem apresentado um crescimento considerável ao longo dos últimos anos. Em 2014, havia 343 matrículas na modalidade de Educação Especial no ensino básico, número que saltou para 549 matrículas em 2024, refletindo um aumento expressivo de 60% em 10 anos.

Esse crescimento aponta para uma tendência positiva no acesso à educação inclusiva, evidenciando os esforços da rede de ensino local para garantir o direito à educação para alunos com deficiência. Esses dados reforçam a importância de iniciativas que promovam a formação de professores qualificados e preparados para atender a esse público, como propõe Almeida et al. (2023), destacando a necessidadde da articulação entre universidade e redes de ensino municipais, por meio de grupos de estudo-reflexão, para superar os desafios da formação docente.

4. A Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Geografia e seus Desafios para a Inclusão

Nesse contexto, Mantoan e Lanuti (2022) enfatizam a importância do planejamento de aulas que considere a inclusão de todos os estudantes, apontando que os planos de aula não devem ser reduzidos a simples planilhas e tabelas. Eles argumentam que as aulas devem ir além de estruturas rígidas e uniformizadas, focando na construção de um conhecimento que valorize a diversidade e promova a equidade. Dessa forma, o planejamento pedagógico deve ser entendido como um processo colaborativo, envolvendo tanto os professores quanto os estudantes, para

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/f77x7p48

criar um ambiente inclusivo que atenda às necessidades de todos.

No Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de Licenciatura em Geografia do IFMG - Campus Ouro Preto, são apresentados objetivos claros para disciplinas como Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Entre os objetivos, destacam-se: “Desenvolver atividades que proporcionem contato dos alunos com a comunidade surda, a fim de ampliar o vocabulário na língua de sinais” e “Motivar os alunos no aprendizado, destacando a importância da língua no ensino para alunos surdos”. Estes objetivos estão alinhados à formação inclusiva, permitindo que os futuros professores compreendam a importância da Libras na inclusão de alunos surdos nas escolas.

No entanto, como enfatiza Santos et al. (2024), é necessário ampliar a formação docente, para incluir outros conteúdos relacionados à Educação Especial, indo além da oferta isolada de uma única disciplina como LIBRAS. Apenas assim será possível preparar adequadamente os futuros professores para lidar com as diversas necessidades dos alunos nas salas de aula, promovendo uma verdadeira inclusão.

A disciplina Currículo Escolar e Diversidade, ofertada no sétimo período do curso de Licenciatura em Geografia do IFMG - Campus Ouro Preto, tem um papel significativo na formação dos futuros docentes, promovendo a compreensão crítica do currículo escolar e suas interfaces com a diversidade. O principal objetivo da disciplina é formar no estudante da Licenciatura uma concepção de currículo capaz de sensibilizá-lo para as desigualdades presentes no cotidiano das escolas.

5. Considerações finais

Esta pesquisa evidenciou que a matriz curricular do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Minas Gerais, campus Ouro Preto, dispõe de apenas duas disciplinas obrigatórias diretamente relacionadas à temática da Educação Inclusiva: Libras e Currículo, Diversidade, Gênero e Raça. Embora essas disciplinas representem um avanço em relação à inclusão no currículo, percebe-se que ainda são necessárias mais disciplinas obrigatórias que contemplem explicitamente a Educação Inclusiva na formação docente.

A presença restrita de disciplinas que abordam diretamente os temas de

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/f77x7p48

diversidade, inclusão e necessidades educacionais especiais resulta em uma formação inicial que pode ser considerada insuficiente para preparar os futuros professores de maneira abrangente. Essa limitação pode comprometer a capacidade desses profissionais de lidarem de maneira eficaz com os desafios que surgem no contexto da inclusão escolar.

Em síntese, espera-se que este estudo contribua para futuras reflexões sobre a formação docente nos cursos de licenciatura, promovendo o aprimoramento da grade curricular e a inclusão de mais disciplinas ou atividades práticas relacionadas à Educação Inclusiva.

Referências

ALMEIDA, M. L. de; SILVA, N. V. da; FRANÇA, B. R. B.; REIS, M. L. L. Formação continuada na perspectiva inclusiva pela via da pesquisa e extensão: as funções mediadoras da relação teoria e prática na constituição de grupos de estudo-reflexão. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, n. 263, p. 215-232, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/vhxMmYmhpQgYb7FSp8wxNkk/. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 02 dez. 2024.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área de Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca - Espanha. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394. Acesso em: 02 dez. 2024.

POKER, R. B.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, nº especial, 2018,

p. 127-134. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/677qhyPHcwGg7yYPQ69xVVd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 02 out. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1991. Disponível em: https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf. Acesso em: 02 out. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf. Acesso em: 02 out. 2024.

MANTOAN, M. T. E.; LANUTI, J. E. O. E. **A escola que queremos para todos.** Curitiba: Editora CRV, 2022.

SANTOS, L. M. M.; TAVARES, L. M. F. L.; FREITAS, M. N. C. (2016). A Educação Inclusiva: um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 22(4), 527-540. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/NPXMqY7W5L7jRr6DwDCLZBw/. Acesso em: 31 jul. 2025.

SANTOS, G. V. et al. Educação Inclusiva: Análise do projeto pedagógico do curso de Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros. **Revista Verde Grande: Geografia Interdisciplinaridade**, v. 6, n. 02, 2024. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/7627. Acesso em: 05 dez. 2024.